

# Sumário

Nota do Organizador para a 4ª Edição.....	9
Discursos de Entrega do Prêmio Nobel da Paz para a OIT e de Recebimento do Prêmio, em 1969.....	11
Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho (2019).....	17
Índice Temático dos Instrumentos da OIT.....	43
<b>Parte I — Direito dos Tratados.....</b>	<b>47</b>
Convenção de Havana sobre Tratados (1928).....	47
Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).....	47
<b>Parte II — Convenções sobre Relações Diplomáticas e Consulares.....</b>	<b>56</b>
Convenção sobre os privilégios e imunidades das agências especializadas da organização das Nações Unidas aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de novembro de 1947.....	67
Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961).....	56
Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963).....	60
Decreto n. 52.288, de 24 de julho de 1963 — Promulga a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas, adotada, a 21 de novembro de 1947, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.....	67
Decreto n. 59.308, de 23 de setembro de 1966 — Promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica com a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica.....	71
Convenção das Nações Unidas sobre as Imunidades Jurisdicionais dos Estados e dos Seus Bens.....	72
<b>Parte III — Instrumentos Gerais de Direitos Humanos e de Direito Internacional Público Pertinentes ao Direito do Trabalho.....</b>	<b>77</b>
<b>Documentos históricos</b>	
Magna Carta — 1215 ( <i>Magna Charta Libertatum</i> ).....	77
Petição de Direitos de 1628 ( <i>Petition of Rights</i> ).....	78
A Lei do <i>Habeas Corpus</i> de 1679.....	79
Declaração de direitos do bom povo de Virgínia (1776).....	80
Declaração de direitos do homem e do cidadão (1789).....	79
<b>Sistema global (Onusiano)</b>	
Carta das Nações Unidas (1945).....	81
Estatuto da Corte Internacional de Justiça.....	87
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).....	92
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966).....	94
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos.....	99
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com Vistas à Abolição da Pena de Morte.....	99
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966).....	100
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	103
Proclamação de Teerã (1968).....	115
Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986).....	114
Declaração e Programa de Ação adotado pela Conferência Mundial de Viena sobre Direitos Humanos (1993).....	116
Declaração do Milênio das Nações Unidas.....	119
Projeto de Artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU sobre Responsabilidade do Estado por Atos Ilícitos Internacionais (2001).....	122
Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos.....	126
Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (2015).....	150
<b>Sistema interamericano</b>	
Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948).....	91
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica — 1969).....	105
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador — 1988).....	111
Carta Democrática Interamericana (2001).....	140

Decreto n. 4.463, de 8 de novembro de 2002 — Promulga a Declaração de Reconhecimento da Competência Obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob reserva de reciprocidade, em consonância com o art. 62 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José), de 22 de novembro de 1969 .....	114
Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos .....	170
Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos .....	163
<b>Países africanos e árabes</b>	
Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981) .....	141
Carta Árabe dos Direitos Humanos e dos Povos (1994) .....	145
<b>Direitos econômicos, sociais e culturais</b>	
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) .....	100
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais .....	103
Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) .....	114
Princípios de Limburg sobre la Aplicación del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (1987) .....	127
Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador — 1988) .....	111
Directrices de Maastricht sobre Violaciones a los Derechos Económicos, Sociales y Culturales (1997) .....	134
Princípios de Maastricht sobre las Obligaciones Extraterritoriales de los Estados en el Área de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales .....	137
<b>Direitos culturais</b>	
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) .....	699
Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (2007) .....	700
<b>Direitos civis e políticos</b>	
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) .....	94
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos .....	99
Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com Vistas à Abolição da Pena de Morte .....	99
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica — 1969) .....	105
<b>Liberdade de expressão</b>	
Declaração de Princípios Sobre Liberdade de Expressão (2000) .....	122
Lei n. 13.188, de 11 de novembro de 2015 — Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social .....	149
<b>Empresas e Direitos Humanos</b>	
Princípios Rectores sobre las Empresas y los Derechos Humanos: Puesta en práctica del marco de las Naciones Unidas para “proteger, respetar y remediar” .....	894
Declaração sobre o Direito e a Responsabilidade dos Indivíduos, Grupos ou Órgãos da Sociedade de Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais Universalmente Reconhecidos (1998) .....	126
Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social (2000) .....	127
Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios de Ruggie) .....	144
<b>Parte IV — Normas de Direito Internacional Privado Pertinentes ao Direito do Trabalho</b> .....	
Convenção de Direito Internacional Privado, de Havana (Código Bustamante — 1928) .....	181
Decreto-lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro .....	193
Decreto-lei n. 691, de 18 de julho de 1969 — Dispõe sobre a não aplicação, aos contratos de técnicos estrangeiros, com estipulação de pagamento de salários em moeda estrangeira, de diversas disposições da legislação trabalhista .....	202
Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado (1979) .....	195
Convenção Interamericana sobre Prova e Informação Acerca do Direito Estrangeiro (1979) .....	195
Convenção sobre a lei aplicável às obrigações contratuais, aberta a assinatura em Roma em 19 de Junho de 1980 .....	205
Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay (1982) .....	202
Lei n. 7.064, de 6 de dezembro de 1982 — Dispõe sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior .....	198
Decreto n. 89.339, de 31 de janeiro de 1984 — Regulamenta o disposto nos artigos 5º, § 2º, 9º, §§ 1º a 4º e 12 da Lei n. 7.064, de 6 de dezembro de 1982 .....	198
Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 — Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica .....	198
Lei n. 8.617, de 4 de janeiro de 1993 — Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros .....	204

<b>Parte V— Execução de Sentenças Estrangeiras e Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial e Trabalhista</b> .....	207
Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial (1970).....	211
Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros (Convenção de Montevideu – 1979).....	207
Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República da Bolívia e a República do Chile.....	208
Emenda Regimental n. 18, de 17 de dezembro de 2014 – Inclui o Título VII-A, Dos Processos Oriundos de Estados Estrangeiros, no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça para disciplinar a homologação de sentença estrangeira e a concessão de exequatur a carta rogatória .....	210
<b>Parte VI — Instrumentos históricos da OIT e princípios fundamentais do direito internacional do trabalho</b> .....	215
Parte XIII do Tratado de Paz de Versalhes (1919).....	215
Constituição da Organização Internacional do Trabalho e seu Anexo (Declaração de Filadélfia) .....	215
Declaração da Filadélfia — Relativa aos Fins e Objetivos da Organização Internacional do Trabalho.....	220
Regulamento relativo ao procedimento para a discussão de reclamações apresentadas de acordo com os artigos 24 e 25 da Constituição da OIT.....	221
Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (1998) .....	223
Declaração do Centenário da OIT para o Futuro do Trabalho (2019).....	17
<b>Parte VII — Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil (organizadas em ordem cronológica)</b> .....	225
Convenção n. 6 — Trabalho Noturno dos Menores na Indústria (1919).....	226
Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921).....	227
Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura (1921).....	227
Convenção n. 14 — Repouso Semanal na Indústria (1921).....	228
Convenção n. 16 — Exame Médico de Menores no Trabalho Marítimo (1921) .....	229
Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (1925) .....	229
Convenção n. 21 — Inspeção dos Emigrantes a Bordo dos Navios (1926).....	230
Convenção n. 22 — Convenção sobre o Contrato de Trabalho dos Marítimos (1926).....	230
Convenção n. 26 — Métodos de Fixação de Salários Mínimos (1928) .....	232
Convenção n. 29 — Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930).....	233
Convenção n. 42 — Indenização por Enfermidade Profissional (1934).....	236
Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas (1935) .....	237
Convenção n. 53 — Certificados de Capacidade dos Oficiais da Marinha Mercante (1936).....	237
Convenção n. 80 — Revisão dos Artigos Finais (1946) .....	238
Convenção n. 81 — Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio (1947).....	239
Convenção n. 88 — Organização do Serviço de Emprego (1948).....	242
Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948).....	244
Convenção n. 92 — Alojamento de Tripulação a Bordo (1949) .....	245
Convenção n. 94 — Convenção sobre as cláusulas de trabalho nos contratos firmados por uma autoridade pública (1949).....	250
Convenção n. 95 — Proteção do Salário (1949) .....	251
Convenção n. 97 — Trabalhadores Migrantes (1949) .....	253
Convenção n. 98 — Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva (1949).....	258
Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura (1951) .....	259
Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951)..	265
Convenção n. 102 — Normas Mínimas da Seguridade Social (1952).....	266
Convenção n. 103 — Amparo à Maternidade (1952).....	273
Convenção n. 104 — Abolição das Sanções Penais no Trabalho Indígena (1955).....	275
Convenção n. 105 — Abolição do Trabalho Forçado (1957) .....	276
Convenção n. 106 — Repouso Semanal no Comércio e nos Escritórios (1957).....	277
Convenção n. 111 — Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958).....	278
Convenção n. 113 — Exame Médico dos Pescadores (1959) .....	279
Convenção n. 115 — Proteção Contra as Radiações Ionizantes (1960) .....	280
Convenção n. 116 — Revisão dos Artigos Finais (1961) .....	281
Convenção n. 117 — Objetivos e Normas Básicas da Política Social (1962).....	282

Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Matéria de Previdência Social (1962).....	284
Convenção n. 119 — Proteção das Máquinas (1963).....	285
Convenção n. 120 — Higiene no Comércio e nos Escritórios (1964).....	287
Convenção n. 122 — Política de Emprego (1964).....	288
Convenção n. 124 — Exame Médico para Determinação da Aptidão dos Adolescentes a Emprego em Trabalhos Subterrâneos nas Minas (1965).....	289
Convenção n. 125 — Certificados de Capacidade dos Pescadores (1966).....	290
Convenção n. 126 — Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca (1966).....	291
Convenção n. 127 — Peso Máximo das Cargas (1967).....	296
Convenção n. 131 — Fixação de Salários Mínimos, Especialmente nos Países em Desenvolvimento (1970).....	296
Convenção n. 132 — Férias Anuais Remuneradas (1970).....	297
Convenção n. 133 — Alojamento a Bordo de Navios (1970).....	299
Convenção n. 134 — Prevenção de Acidentes do Trabalho dos Marítimos (1970).....	302
Convenção n. 135 — Proteção de Representantes de Trabalhadores (1971).....	303
Convenção n. 136 — Convenção sobre Benzeno (1971).....	304
Convenção n. 137 — Trabalho Portuário (1973).....	305
Convenção n. 138 — Idade Mínima para Admissão e Recomendação n. 146 – Sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego (1973).....	306
Recomendação n. 146 — Sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego.....	308
Convenção n. 139 — Prevenção e Controle de Riscos Profissionais Causados por Substâncias ou Agentes Cancerígenos (1974).....	309
Convenção n. 140 — Licença Remunerada de Estudos (1974).....	310
Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975).....	311
Convenção n. 142 — Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975).....	312
Convenção n. 144 — Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho (1976).....	312
Convenção n. 145 — Continuidade no Emprego do Marítimo (1976).....	313
Convenção n. 146 — Convenção Relativa às Férias Anuais Pagas dos Marítimos (1976).....	314
Convenção n. 147 — Normas Mínimas da Marinha Mercante (1976).....	316
Convenção n. 148 — Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações (1977).....	317
Convenção n. 151 — Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública e Recomendação n. 159 sobre Relações de Trabalho na Administração Pública (1978).....	319
Recomendação n. 159 — Sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública.....	320
Convenção n. 152 — Segurança e Higiene dos Trabalhos Portuários (1979).....	321
Convenção n. 154 — Fomento à Negociação Coletiva (1981).....	325
Convenção n. 155 — Segurança e Saúde dos Trabalhadores (1981).....	326
Convenção n. 159 — Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (1983).....	328
Convenção n. 160 — Estatísticas do Trabalho (1985).....	329
Convenção n. 161 — Serviços de Saúde do Trabalho (1985).....	331
Convenção n. 162 — Utilização do Amianto com Segurança (1986).....	333
Convenção n. 163 — Bem-Estar dos Trabalhadores Marítimos no Mar e no Porto (1987).....	335
Convenção n. 164 — Proteção à Saúde e Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos (1987).....	336
Convenção n. 166 — Repatriação de Trabalhadores Marítimos (1987).....	338
Convenção n. 167 — Convenção sobre a Segurança e Saúde na Construção e Recomendação n. 175 sobre Segurança e Saúde na Construção (1988).....	340
Recomendação n. 175 — Sobre Segurança e Saúde na Construção.....	343
Convenção n. 168 — Promoção do Emprego e Proteção Contra o Desemprego (1988).....	345
Convenção n. 169 — Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989).....	349
Convenção n. 170 — Segurança no Trabalho com Produtos Químicos (1990).....	352
Convenção n. 171 — Trabalho Noturno (1990).....	354
Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993) e Recomendação n. 181 sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	356
Recomendação n. 181 — Sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	358
Convenção n. 176 — Segurança e Saúde nas Minas e Recomendação n. 183 — Sobre Segurança e Saúde nas Minas (1995).....	358
Recomendação n. 183 — Da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Segurança e Saúde nas Minas.....	361
Convenção n. 178 — Convenção Relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos (1996).....	363

Convenção n. 182 — Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação e Recomendação n. 190 — Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação (1999).....	365
Recomendação n. 190 — Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para sua Eliminação .....	366
Convenção n. 185 — Convenção sobre os Documentos de Identidade da Gente do Mar (2003) .....	367
Convenção n. 189 — Trabalho decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (2011) .....	374
Recomendação n. 201 — Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (2011) .....	468
<b>Parte VIII — Instrumentos da OIT não Ratificados (ou Denunciados) pelo Brasil (organizados em ordem cronológica).....</b>	<b>377</b>
Convenção n. 87 — Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (1948) .....	377
Convenção n. 128 — Prestações de Invalidez, Velhice e Sobreviventes .....	378
Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969).....	384
Convenção n. 143 — Convenção Sobre as Migrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (1975).....	387
Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família	388
Convenção n. 157 — Preservação dos Direitos em Matéria de Seguridade Social (1982) .....	389
Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador (1982).....	393
Convenção n. 173 — Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador (1992) .....	394
Convenção n. 175 — Sobre o Trabalho a Tempo Parcial.....	396
Convenção n. 177 — Sobre Trabalho a Domicílio (1996).....	397
Convenção n. 181 — Convenção Relativa às Agências de Emprego Privadas.....	398
Convenção sobre o Trabalho Marítimo, de 2006, revista em 2014, 2016 e 2018.....	400
Convenção n. 187 — Convenção sobre o quadro promocional para a segurança e saúde no trabalho (2006) .....	437
Convenção n. 188 — Referente ao Trabalho na Pesca (2007) .....	439
Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre Trabalho Forçado da OIT de 1930 .....	448
Convenção n. 190 — Violência e assédio nos locais de trabalho e recomendação respectiva (2019).....	448
<b>Parte IX — Recomendações Selecionadas da OIT.....</b>	<b>453</b>
Recomendação n. 162 — Trabalhadores de Idade (1980) .....	453
Recomendação n. 180 — Sobre a proteção dos créditos trabalhistas em caso de insolvência do empregador (1992).....	455
Recomendação n. 184 — Sobre o Trabalho a Domicílio (1996).....	456
Recomendação n. 188 — Recomendação sobre Agências de Emprego Privadas (1997).....	458
Recomendação n. 192 — Recomendação sobre a segurança e saúde na agricultura (2001).....	459
Recomendação n. 193 — Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas .....	461
Recomendação n. 199 — Referente ao trabalho no setor pesqueiro.....	462
Recomendação n. 200 — Recomendação sobre o HIV e a AIDS e o Mundo do Trabalho (2010).....	465
Recomendação n. 201 — Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (2011) .....	468
Recomendação n. 202 — Sobre os Pisos de Proteção Social (2012) .....	471
Recomendação n. 203 — Trabalho Forçado (Medidas Suplementares) (2014).....	472
Recomendação n. 204 — Recomendação sobre a transição da economia informal para a economia formal (2015) .....	477
Recomendação n. 205 — Recomendação sobre emprego e trabalho decentes para a paz e a resiliência (2017) .....	477
<b>Parte X — Instrumentos do MERCOSUL e Sul-Americanos Pertinentes às Relações Laborais e à Seguridade Social.....</b>	<b>482</b>
Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul (1997) .....	482
Regulamento Administrativo para a Aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul .....	484
Declaração Sociolaboral do MERCOSUL (2015) .....	485
Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul — Mercosul, Bolívia e Chile .....	489
Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul.....	785
<b>Parte XI — Seleção de Instrumentos Europeus Relacionados ao Direito do Trabalho .....</b>	<b>491</b>
Convenção Europeia de Direitos Humanos (1950) .....	495
Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores (1989) .....	491
Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia .....	492
Carta Social Europeia Revista (1996) .....	499
Os 20 Princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais .....	507

<b>Parte XII — Repressão à Tortura, Violência, Práticas Cruéis e Degradantes, Assédio Moral</b> .....	509
<b>Assédio Moral</b>	
NR-17 do MTE — Ergonomia (excertos sobre assédio moral) .....	523
Código de Trabalho da França (art. LI.152-1. Definição de assédio moral).....	523
Lei n. 2.949, 19 de abril de 2002 (Distrito Federal) — Determina sanções à prática de assédio moral.....	523
Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015 — Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática ( <i>Bullying</i> ) .....	524
Convenção n. 190 — Violência e assédio nos locais de trabalho e recomendação respectiva (2019).....	448
<b>Tortura, violência e práticas cruéis e degradantes</b>	
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará (1994).....	509
Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha).....	511
Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.....	514
Protocolo Facultativo à Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (2002) .....	518
Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.....	521
Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997 — Define os crimes de tortura.....	523
<b>Parte XIII — Cooperativas</b> .....	525
Recomendação n. 193 da OIT — Recomendação sobre a Promoção de Cooperativas .....	461
Recomendação n. 204 da OIT — Recomendação sobre a transição da economia informal para a economia formal (2015) .....	474
Constituição Federal de 1988 (excertos) .....	525
Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971 — Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.....	525
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) (excertos).....	535
Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012 — Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o PRONACOOOP .....	533
<b>Parte XIV — Direitos da Criança</b> .....	536
<b>Normas Internacionais</b>	
Convenção n. 6 — Trabalho Noturno dos Menores na Indústria (1919).....	226
Convenção n. 124 — Exame Médico para Determinação da Aptidão dos Adolescentes a Emprego em Trabalhos Subterrâneos nas Minas (1965) .....	289
Convenção n. 138 — Idade Mínima para Admissão e Recomendação n. 146 – Sobre Idade Mínima para Admissão a Emprego (1973).....	306
Convenção n. 182 — Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação e Recomendação n. 190 — Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação imediata para a sua Eliminação (1999).....	365
Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008 — Regulamenta os arts. 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção n. 182 da OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação (LISTA TIP).....	544
Declaração dos Direitos da Criança (1959).....	536
Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).....	527
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de Um Procedimento de Comunicação.....	553
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (2000).....	542
Princípios das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil - Princípios Orientadores de Riad (Princípios de Riad) .....	604
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000) .....	776
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores .....	783
<b>Normas Nacionais</b>	
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).....	1115
Lei n. 11.577, de 22 de novembro de 2007 — Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.....	544
Carta de Brasília do Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes para Fins Comerciais (2008).....	581
Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008 — Cria o Programa Empresa Cidadã .....	582
Consolidação das Leis do Trabalho (excertos sobre aprendizagem).....	583
Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008 — Lei do Estágio.....	596
Portaria n. 88 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 28 de abril de 2009 — Locais e serviços perigosos ou insalubres .....	553
Carta de Brasília pela Erradicação do Trabalho Infantil (2012) — TST e CSJT .....	583
Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 — Estatuto da Juventude.....	598
Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017 — Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .....	602
Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018 — Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências .....	584

<b>Parte XV — Direitos das Pessoas com Deficiência</b> .....	608
<b>Normas Internacionais</b>	
Convenção n. 159 da OIT — Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (1983) .....	328
Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências (1993) .....	626
Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala – 1999).....	608
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) .....	609
Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência .....	616
Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso (2013).....	658
<b>Normas Nacionais</b>	
Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 — Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência .....	618
Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 — Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (excertos).....	625
Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991 — Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social (excertos) .....	625
Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 — Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública (excertos).....	625
Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 — Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência .....	620
Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 — Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências .....	648
Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004 — Regulamenta as Leis ns. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências .....	650
Instrução Normativa n. 98 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 15 de agosto de 2012 — Dispõe sobre procedimentos de fiscalização do cumprimento, por parte dos empregadores, das normas destinadas à inclusão no trabalho das pessoas com deficiência e beneficiários da Previdência Social reabilitados.....	633
Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 — Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....	636
<b>Parte XVI — Trabalhador Desportivo</b> .....	662
Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998 — Institui normas gerais sobre desporto .....	662
Resolução Normativa n. 21, de 12 de novembro de 2017 do CNIG — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil, na condição de atleta profissional, definido em lei.....	674
Resolução Normativa n. 23, de 12 de dezembro de 2017 — Disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais .....	675
Resolução Normativa n. 25, de 20 de fevereiro de 2018 (CNIG) — Disciplina a concessão de visto temporário a imigrante maior de quatorze e menor de dezoito anos para realização de atividades desportivas .....	675
<b>Parte XVII — Instrumentos Relativos ao Combate às Diversas Formas de Discriminação</b> .....	677
<b>Normas gerais de prevenção e repressão da discriminação</b>	
Constituição Federal de 1988 (excertos) .....	717
Lei n. 9.029, de 13 de abril de 1995 — Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho .....	723
<b>Discriminação e promoção da tolerância</b>	
Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos (1965) .....	677
Recomendação da UNESCO sobre a educação para a compreensão, cooperação e paz internacionais e a educação relativa aos direitos humanos e liberdades fundamentais .....	678
Declaração de Princípios sobre a Tolerância (1995) .....	696
Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância (2013) .....	689
<b>Discriminação e o mundo do trabalho</b>	
Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951)..	265
Convenção n. 111 — Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (1958).....	278
Recomendação n. 200 — Recomendação sobre o HIV e a AIDS e o Mundo do Trabalho (2010).....	465
<b>Discriminação por razões étnicas e de origem</b>	
Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (1925) .....	229
Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948) .....	693
Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Matéria de Previdência Social (1962).....	284
Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966) .....	681

Decreto n. 4.738, de 12 de junho de 2003 — Promulga a Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial .....	684
Declaração da UNESCO sobre a Raça e os Preconceitos Raciais (1978) .....	694
Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor .....	718
Diretiva n. 2000/43/CE do Conselho de 29 de junho de 2000 que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica .....	715
Decreto n. 4.228, de 13 de maio de 2002 — Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas .....	724
Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 — Estatuto da Igualdade Racial .....	724
Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 — Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências .....	725
Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (2013) .....	691
Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014 — Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União .....	725
<b>Discriminação por razões culturais</b>	
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) .....	699
Declaração de Friburgo sobre Direitos Culturais (2007) .....	700
Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções .....	695
Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992) .....	696
<b>Discriminação por razões de gênero e identidade sexual</b>	
Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951) ..	265
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979) .....	685
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	687
Princípios de Yogyakarta — Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (2006) .....	702
The Yogyakarta Principles plus 10 — Additional principles and State obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the yogyakarta principles (As adopted on 10 November 2017, Geneva) ....	708
Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — Define os crimes de preconceito de raça ou de cor (STF enquadrou a homofobia e a transfobia como tipo penal definido na Lei 7.716/1989 até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria) .....	718
Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 — Estabelece normas para as eleições (excertos) .....	723
Convenção Interamericana contra toda Forma de Discriminação e Intolerância (2013) .....	691
Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016 — Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional .....	726
<b>Discriminação por questões de saúde</b>	
Lei n. 12.984, de 2 de junho de 2014 — Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS ..	724
Recomendação n. 200 — Recomendação sobre o HIV e a AIDS e o Mundo do Trabalho (2010) .....	465
<b>Parte XVIII — Trabalhadores Domésticos e em Domicílio e Agências de Emprego .....</b>	<b>727</b>
<b>Agências de emprego</b>	
Convenção n. 181 — Convenção Relativa às Agências de Emprego Privadas .....	398
Recomendação n. 188 — Recomendação sobre Agências de Emprego Privadas (1997) .....	458
Lei n. 7.195, de 12 de junho de 1984 — Dispõe sobre a responsabilidade civil das Agências de Empregados Domésticos .....	727
<b>Trabalho a domicílio</b>	
Convenção n. 177 — Sobre Trabalho a Domicílio (1996) .....	396
Recomendação n. 184 — Sobre o Trabalho a Domicílio (1996) .....	456
<b>Trabalho doméstico</b>	
Lei n. 7.195, de 12 de junho de 1984 — Dispõe sobre a responsabilidade civil das Agências de Empregados Domésticos .....	727
Convenção n. 189 — Trabalho decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos (2011) .....	374
Recomendação n. 201 — Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (2011) .....	468
Instrução Normativa n. 110 da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 6 de agosto de 2014 — Dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico .....	727
Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015 .....	728

<b>Parte XIX — Fomento e Proteção ao Emprego</b> .....	733
Convenção n. 88 — Organização do Serviço de Emprego (1948).....	242
Convenção n. 122 — Política de Emprego (1964).....	288
Convenção n. 142 — Desenvolvimento de Recursos Humanos (1975).....	312
Convenção n. 158 — Término da Relação de Trabalho por Iniciativa do Empregador (1982).....	393
Convenção n. 168 — Promoção do Emprego e Proteção Contra o Desemprego (1988).....	345
Recomendação OIT n. 198 — Relativa à Relação de Trabalho (Recomendação do Relacionamento Empregatício, 2006).....	733
Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho (excertos).....	734
Lei n. 4.923, de 23 de dezembro de 1965 — Institui o Cadastro Permanente das Admissões e Dispensas de Empregados, Estabelece Medidas Contra o Desemprego e de Assistência aos Desempregados, e dá outras Providências.....	734
Directiva n. 98/59/CE do Conselho de 20 de julho de 1998 relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes aos despedimentos colectivos.....	1054
Lei n. 13.189, de 19 de novembro de 2015 — Institui o Programa Seguro-Emprego — PSE.....	736
<b>Parte XX — Instrumentos Relativos ao Combate ao Trabalho Escravo, às Práticas Análogas à Escravidão e ao Tráfico de Seres Humanos</b> .....	739
<b>Instrumentos de origem nacional</b>	
Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea) — Declara extinta a escravidão no Brasil.....	739
Código Penal do Brasil (1940) (excertos).....	782
Constituição Federal de 1988 (excertos).....	782
Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990 — Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (excertos).....	788
Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil (2005).....	791
Lei n. 11.948, de 16 de junho de 2009 — Constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais do BNDES.....	787
Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho n. 76, de 15 de maio de 2009 — Dispõe sobre procedimentos para a fiscalização do trabalho rural.....	791
Instrução Normativa da Secretaria de Inspeção do Trabalho n. 90, de 28 de abril de 2011 — Dispõe sobre o recrutamento de trabalhadores urbanos e o seu transporte para localidade diversa de sua origem.....	793
Lei n. 14.946, de 28.1.2013 — Lei do Estado de São Paulo que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas.....	787
Lei n. 13.080, de 2 de janeiro de 2015 — Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências (excertos).....	794
Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 4, de 11 de maio de 2016 — Dispõe sobre as regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.....	788
Lei do Município de São Paulo, n. 16.606 de 29.12.2016 (sanções aplicáveis aos estabelecimentos do Município de São Paulo que, direta ou indiretamente, sejam responsabilizados pelas condutas que configurem redução de pessoa à condição análoga de escravo).....	795
Lei n. 13.344, de 6 de outubro de 2016 — Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).....	795
Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 — Institui a Lei de Migração.....	920
Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017 — Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.....	935
Portaria n. 1.293, de 28 de dezembro de 2017 — Dispõe sobre os conceitos de trabalho em condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2º-C da Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e trata da divulgação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, estabelecido pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n. 4, de 11 de maio de 2016.....	797
<b>Normas de origem internacional</b>	
Convenção sobre a Escravatura assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926, e emendada pelo Protocolo aberto à assinatura ou à aceitação na sede da Organização das Nações Unidas, Nova York, em 7 de dezembro de 1953.....	741
Convenção n. 29 — Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930).....	233
Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre Trabalho Forçado da OIT de 1930.....	448
Recomendação n. 203 — Trabalho Forçado (Medidas Suplementares) (2014).....	472
Convenção para a Repressão de Tráfico de Pessoas e do Lenocínio (1950).....	740
Protocolo Final à Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem.....	741
Convenção Suplementar sobre Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura (1956).....	742

Convenção n. 105 — Abolição do Trabalho Forçado (1957) .....	276
Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores (1994) .....	783
Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (2000) .....	744
Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (2000) (Convenção de Palermo) .....	766
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000) .....	776
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000) .....	779
Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul (2004) .....	785
<b>Parte XXI — Direitos dos Idosos</b> .....	799
Recomendação n. 162 da OIT — Trabalhadores de Idade (1980) .....	453
Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas (1991) .....	799
Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras Providências .....	799
Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015) .....	806
<b>Parte XXII — Direitos dos Indígenas</b> .....	814
Convenção n. 104 — Abolição das Sanções Penais no Trabalho Indígena (1955) .....	275
Convenção n. 169 — Sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) .....	349
Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) .....	814
Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016) .....	820
Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 — Estatuto do Índio .....	816
<b>Parte XXIII — Inspeção e Administração do Trabalho</b> .....	824
Convenção n. 81 — Inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio (1947) .....	239
Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969) .....	384
Convenção n. 144 — Consultas Tripartites sobre Normas Internacionais do Trabalho (1976) .....	312
Convenção n. 160 — Estatísticas do Trabalho (1985) .....	329
Decreto n. 4.552, de 27 de dezembro de 2002 — Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho .....	824
Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 — Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (excertos a respeito de atividades de fiscalização) .....	827
<b>Parte XXIV — Intimidade e Vida Privada</b> .....	828
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) (excertos) .....	828
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) (excertos) .....	828
Constituição Federal de 1988 (excertos) .....	828
Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional (excertos) .....	831
Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983 — Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores (excertos) .....	831
Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 — Lei da Ação Civil Pública (excertos) .....	831
Lei n. 7.492, de 16 de junho de 1986 — Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências (excertos) .....	829
Diretrizes para a Regulação de Ficheiros Informatizados de Dados de Carácter Pessoal (Adotadas pela resolução 45/95 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1990) .....	842
Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993 — Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (excertos) .....	831
Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996 — Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (interceptações telefônicas) .....	828
Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Código Brasileiro de Trânsito (excertos) .....	832
Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001 — Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras .....	829
Portaria Ministro de Estado do Trabalho e Emprego n. 41, de 28.3.2007 — Disciplina o Registro e a Anotação de Carteira de Trabalho e Previdência Social de Empregados .....	832
Lei n. 12.009, de 29 de julho de 2009 — Lei do Mototaxista (excertos) .....	833
Portaria Ministro de Estado do Trabalho e Emprego n. 1.246, de 28 de maio de 2010 — Testagem (HIV) .....	832
Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 — Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991 .....	833

Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 — Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil .....	838
Lei n. 13.271, de 15 de abril de 2016 — Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais .....	843
Decreto n. 8.771, de 11 de maio de 2016 — Regulamenta a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.....	841
Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) .....	843
Decreto n. 9.580, de 22 de novembro de 2018 — Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (excertos) .....	852
<b>Parte XXV — Meio Ambiente. Saúde e Segurança no Trabalho. Acidentes de trabalho .....</b>	<b>853</b>
<b>Normas gerais sobre proteção do meio ambiente</b>	
Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano (1972) .....	853
Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992).....	855
Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 — Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus Fins e Mecanismos de Formulação e Aplicação .....	856
International Law Association New Delhi Declaration of Principles of International Law Relating to Sustainable Development (2002).....	873
<b>Acidentes de Trabalho</b>	
Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura (1921).....	227
Convenção n. 19 — Concernente à Igualdade de Tratamento dos Trabalhadores Estrangeiros e Nacionais em Matéria de Indenização por Acidentes no Trabalho (1925) .....	229
Convenção n. 42 — Indenização por Enfermidade Profissional (1934).....	236
Convenção n. 134 — Prevenção de Acidentes do Trabalho dos Marítimos (1970) .....	302
Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993) e Recomendação n. 181 sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	356
Recomendação n. 181 — Sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores .....	358
Recomendação n. 192 — Recomendação sobre a Segurança e Saúde na Agricultura (2001) .....	459
<b>Agrotóxicos</b>	
Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 — Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos.....	885
<b>Amianto</b>	
Convenção n. 162 — Utilização do Amianto com Segurança (1986).....	333
Lei n. 9.055, de 1º de junho de 1995 — Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim e dá outras providências.....	871
Decreto n. 2.350, de 15 de outubro de 1997 — Regulamenta a Lei n. 9.055, de 1º de junho de 1995, e dá outras providências.....	872
<b>Bioética e direitos humanos</b>	
Código de Nuremberg — Tribunal Internacional de Nuremberg (1947) .....	871
Declaração Universal do Genoma Humano e dos Direitos Humanos (1997).....	698
Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO – 2006) .....	874
<b>Resíduos sólidos</b>	
Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010 — Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	878
<b>Saúde e Segurança no Trabalho</b>	
Declaração de Seul sobre Segurança e Saúde no Trabalho (2008) — A Cimeira de Segurança e Saúde .....	877
Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas (1935) .....	237
Convenção n. 115 — Proteção Contra as Radiações Ionizantes (1960) .....	280
Convenção n. 119 — Proteção das Máquinas (1963) .....	285
Convenção n. 120 — Higiene no Comércio e nos Escritórios (1964) .....	287
Convenção n. 127 — Peso Máximo das Cargas (1967) .....	296
Convenção n. 136 — Convenção sobre Benzeno (1971).....	304

Convenção n. 139 — Prevenção e Controle de Riscos Profissionais Causados por Substâncias ou Agentes Cancerígenos (1974) .....	309
Convenção n. 148 — Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações (1977) .....	317
Convenção n. 155 — Segurança e Saúde dos Trabalhadores (1981).....	326
Convenção n. 161 — Serviços de Saúde do Trabalho (1985).....	331
Convenção n. 162 — Utilização do Amianto com Segurança (1986).....	333
Convenção n. 167 — Convenção sobre a Segurança e Saúde na Construção e Recomendação n. 175 sobre Segurança e Saúde na Construção (1988) .....	340
Convenção n. 170 — Segurança no Trabalho com Produtos Químicos (1990).....	352
Convenção n. 174 — Convenção sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores (1993) e Recomendação n. 181 sobre Prevenção de Acidentes Industriais Maiores.....	356
Convenção n. 176 — Segurança e Saúde nas Minas e Recomendação n. 183 — Sobre Segurança e Saúde nas Minas (1995).....	358
Convenção n. 187 — Convenção sobre o quadro promocional para a segurança e saúde no trabalho (2006) .....	437
Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (excertos).....	860
Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 — Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (excertos a respeito de atividades de fiscalização).....	827
<b>Tabaco</b>	
Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco (2003).....	860
Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996 — Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal .....	867
Decreto n. 2.018, de 1º de outubro de 1996 — Regulamenta a Lei n. 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição .....	869
<b>Parte XXVI — Jornada de Trabalho e Pausas</b> .....	888
Convenção n. 14 — Repouso Semanal na Indústria (1921).....	228
Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948).....	244
Convenção n. 106 — Repouso Semanal no Comércio e nos Escritórios (1957).....	277
Convenção n. 132 — Férias Anuais Remuneradas (1970).....	297
Convenção n. 140 — Licença Remunerada de Estudos (1974).....	310
Convenção n. 171 — Trabalho Noturno (1990) .....	354
Convenção n. 175 — Sobre o Trabalho a Tempo Parcial.....	397
Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949 — Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	888
Decreto n. 83.842, de 14 de agosto de 1979 — Delega competência ao Ministro do Trabalho para autorizar o funcionamento de empresas aos domingos e feriados civis e religiosos .....	889
Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949 — Aprova o regulamento da Lei n. 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.....	889
Regulamento a que se refere o Decreto n. 27.048, de 12 de agosto de 1949 .....	889
Portaria n. 417, de 10 de junho de 1966 MTPS — Escala de revezamento e repouso semanal aos domingos.....	891
Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000 — Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências (excertos).....	891
Portaria n. 604, de 18.6.2019 — Dispõe sobre a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos a que se refere o art. 68, parágrafo único, da CLT .....	892
<b>Parte XXVII — Defesa da Livre Concorrência Leal. Empresas e direitos humanos</b> .....	893
Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (1883).....	893
Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) (excertos) .....	893
Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social (2000) .....	127
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Tratado de Mérida — 2003) .....	896
Princípios Rectores sobre las Empresas y los Derechos Humanos: Puesta en práctica del Marco de las Naciones Unidas para “Proteger, Respetar y Remediar” (2011).....	894
Lei n. 12.529, de 30 de novembro de 2011 — Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.....	910
Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios de Ruggie).....	147
Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências .....	1129

<b>Parte XXVIII — Direitos dos Migrantes</b> .....	919
<b>Apátridas</b>	
Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954) .....	980
<b>Asilo</b>	
Convenção sobre Asilo Territorial (1954).....	984
Declaração da ONU sobre Asilo Territorial (1967).....	979
<b>Refúgio</b>	
Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951).....	972
Protocolo à Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1967).....	976
Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997 — Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 .....	977
Decreto n. 9.277, de 5 de fevereiro de 2018 — Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.....	987
Resolução Conjunta CNIG e CONARE n. 1, de 9 de outubro de 2018 — Dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) .....	985
<b>Migrantes em sentido amplo</b>	
Convenção n. 21 — Inspeção dos Emigrantes a Bordo dos Navios (1926).....	230
Convenção n. 97 — Trabalhadores Migrantes (1949) .....	253
Convenção n. 143 — Convenção Sobre as Imigrações Efetuadas em Condições Abusivas e Sobre a Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Tratamento dos Trabalhadores Migrantes (1975).....	387
Declaração sobre os direitos humanos dos indivíduos que não são nacionais do país em que vivem (1985) .....	919
Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (1990) .....	962
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea (2000) .....	779
Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul (2004).....	785
Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009 — Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.....	961
Decreto n. 6.893, de 2 de julho de 2009 — Regulamenta a Lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional, e dá outras providências.....	961
Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017 — Institui a Lei de Migração.....	920
Decreto n. 9.199, de 20 de novembro de 2017 — Regulamenta a Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.....	935
Decreto n. 9.277, de 5 de fevereiro de 2018 — Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.....	987
<b>Parte XXIX — Direitos da Mulher</b> .....	988
Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791) .....	988
Convenção n. 45 — Emprego de Mulheres nos Trabalhos Subterrâneos das Minas (1935) .....	237
Convenção n. 89 — Trabalho Noturno das Mulheres na Indústria (1948).....	244
Convenção n. 100 — Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Feminina e para a Mão de Obra Masculina por um Trabalho de Igual Valor (1951) ..	265
Convenção n. 103 — Amparo à Maternidade (1952).....	273
Convenção n. 156 — Sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento para Homens e Mulheres Trabalhadores: Trabalhadores com Encargos de Família	388
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979).....	685
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	687
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará (1994) .....	509
Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000) .....	776
Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) — Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências .....	511
<b>Parte XXX — Direitos dos Portuários e Aquaviários</b> .....	990
<b>Normas Internacionais</b>	
Convenção n. 16 — Exame Médico de Menores no Trabalho Marítimo (1921) .....	229
Convenção n. 22 — Convenção sobre o Contrato de Trabalho dos Marítimos (1926).....	230

Convenção n. 53 — Certificados de Capacidade dos Oficiais da Marinha Mercante (1936).....	237
Convenção n. 92 — Alojamento de Tripulação a Bordo (1949).....	245
Convenção n. 113 — Exame Médico dos Pescadores (1959).....	279
Convenção n. 125 — Certificados de Capacidade dos Pescadores (1966).....	290
Convenção n. 126 — Alojamento a Bordo dos Navios de Pesca (1966).....	291
Convenção n. 133 — Alojamento a Bordo de Navios (1970).....	299
Convenção n. 134 — Prevenção de Acidentes do Trabalho dos Marítimos (1970).....	302
Convenção n. 137 — Trabalho Portuário (1973).....	305
Convenção n. 145 — Continuidade no Emprego do Marítimo (1976).....	313
Convenção n. 146 — Convenção Relativa às Férias Anuais Pagas dos Marítimos (1976).....	314
Convenção n. 147 — Normas Mínimas da Marinha Mercante (1976).....	316
Convenção n. 152 — Segurança e Higiene dos Trabalhos Portuários (1979).....	321
Convenção n. 163 — Bem-Estar dos Trabalhadores Marítimos no Mar e no Porto (1987).....	335
Convenção n. 164 — Proteção à Saúde e Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos (1987).....	336
Convenção n. 166 — Repatriação de Trabalhadores Marítimos (1987).....	338
Convenção n. 178 — Convenção Relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos (1996).....	363
Convenção n. 185 — Convenção sobre os Documentos de Identidade da Gente do Mar (2003).....	367
Convenção sobre Trabalho Marítimo — CTM, 2006.....	400
Convenção n. 188 — Referente ao Trabalho na Pesca (2007).....	439
Recomendação n. 199 — Referente ao Trabalho no Setor Pesqueiro.....	462
<b>Normas Nacionais</b>	
Lei n. 4.860, de 26 de novembro de 1965 — Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados.....	990
Lei n. 5.811, de 11 de outubro de 1972 — Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.....	992
Lei n. 9.537, de 11 de dezembro de 1997 — Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.....	993
Lei n. 9.719, de 27 de novembro de 1998 — Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário, institui multas pela inobservância de seus preceitos.....	995
Decreto n. 6.869, de 4 de junho de 2009 — Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências.....	996
Portaria n. 350, de 1º de outubro de 2014 — Regulamenta as ações previstas no art. 17, § 1º, inciso XV, da Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013, dispondo sobre organização e as ações de formação, aperfeiçoamento e capacitação específica e continuada da guarda portuária e dá outras providências.....	998
Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013 — Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.....	999
Decreto n. 8.033, de 27 de junho de 2013 — Regulamenta o disposto na Lei n. 12.815, de 5 de junho de 2013.....	1007
Resolução Normativa n. 05, de 1º de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.....	1014
Resolução Normativa n. 06, de 1º de dezembro de 2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira.....	1015
Resolução Normativa n. 22, de 12.12.2017 — Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira.....	674
<b>Parte XXXI — Direito dos Presos</b> .....	1017
Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos — Regras de Nelson Mandela.....	1017
Regras de Beijing: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude.....	1035
Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok).....	1025
Princípios e Boas Práticas para a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas.....	1031
Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 — Institui a Lei de Execução Penal (excertos).....	1038
<b>Parte XXXII — Proteção social e previdenciária</b> .....	1040
Convenção n. 102 — Normas Mínimas da Seguridade Social (1952).....	266

Convenção n. 117 — Objetivos e Normas Básicas da Política Social (1962).....	282
Convenção n. 118 — Igualdade de Tratamento entre Nacionais e Estrangeiros em Matéria de Previdência Social (1962).....	284
Convenção n. 128 — Prestações de Invalidez, Velhice e Sobreviventes .....	378
Convenção n. 157 — Preservação dos Direitos em Matéria de Seguridade Social (1982) .....	389
Recomendação n. 202 — Sobre os Pisos de Proteção Social (2012) .....	471
Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul (1997) .....	482
Regulamento Administrativo para a Aplicação do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul .....	484
<b>Parte XXXIII — Direitos do Trabalhador Rural</b> .....	1041
Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921) .....	227
Convenção n. 12 — Indenização por Acidente do Trabalho na Agricultura (1921) .....	227
Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura (1951) .....	259
Convenção n. 129 — Relativa à Inspeção do Trabalho na Agricultura (1969) .....	384
Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975) .....	311
Recomendação n. 192 — Recomendação sobre a Segurança e Saúde na Agricultura (2001) .....	459
Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973 — Estatui normas reguladoras do trabalho rural.....	1041
Decreto n. 73.626, de 12 de fevereiro de 1974 — Regulamento da Lei n. 5.889/73.....	1042
Lei n. 7.802, de 11 de julho de 1989 — Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos.....	885
Lei n. 10.256, de 9 de julho de 2001 — Altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 8.870, de 15 de abril de 1994, a Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e a Lei n. 9.528, de 10 de dezembro de 1997.....	1048
Lei n. 11.718, de 20 de junho de 2008 — Acrescenta artigo à Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo e dá outras providências.....	1044
Decreto n. 7.943, de 5 de março de 2013 — Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados.....	1049
<b>Parte XXXIV— Proteção do Salário e da Remuneração</b> .....	1051
Convenção n. 26 — Métodos de Fixação de Salários Mínimos (1928) .....	232
Convenção n. 94 — Convenção sobre as cláusulas de trabalho nos contratos firmados por uma autoridade pública (1949) .....	250
Convenção n. 95 — Proteção do Salário (1949) .....	251
Convenção n. 99 — Métodos de Fixação de Salário Mínimo na Agricultura (1951) .....	259
Convenção n. 131 — Fixação de Salários Mínimos, Especialmente nos Países em Desenvolvimento (1970) .....	296
Convenção n. 173 — Proteção dos Créditos Trabalhistas na Insolvência do Empregador (1992) .....	394
Recomendação n. 180 — Sobre a proteção dos créditos trabalhistas em caso de insolvência do empregador (1992).....	455
Decreto-lei n. 368, de 19 de dezembro de 1968 — Dispõe sobre Efeitos de Débitos Salariais e dá outras providências.....	1051
Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003 — Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento .....	1051
<b>Parte XXXV— Questões Sindicais e Coletivas</b> .....	1054
<b>Normas de origem internacional</b>	
Convenção n. 11 — Direito de Sindicalização na Agricultura (1921) .....	227
Convenção n. 87 — Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização (1948) .....	377
Convenção n. 98 — Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva (1949).....	258
Procedimentos especiais da OIT para o exame de queixas por violações ao exercício da liberdade sindical.....	260
Convenção n. 135 — Proteção de Representantes de Trabalhadores (1971).....	303
Convenção n. 141 — Organizações de Trabalhadores Rurais (1975) .....	311
Convenção n. 151 — Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública e Recomendação n. 159 sobre Relações de Trabalho na Administração Pública (1978) .....	319
Convenção n. 154 — Fomento à Negociação Coletiva (1981).....	325
<b>Normas de direito comparado</b>	
Ley n. 23.551/1988 (Argentina) — Asociaciones Sindicales (excertos) .....	1055
Directiva n. 98/59/CE do Conselho de 20 de julho de 1998 relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes aos despedimentos colectivos.....	1054

## Normas nacionais

Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989 — Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.....	1055
Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 — complementares ao Plano Real e dá outras providências (excertos sobre normas processuais coletivas).....	1057
Lei n. 11.648, de 31 março de 2008 — Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.....	1056
<b>Parte XXXVI — Terceirização</b> .....	1059
Recomendação n. 204 — Recomendação sobre a transição da economia informal para a economia formal (2015) .....	474
Recomendação n. 205 – Recomendação sobre Emprego e Trabalho Decentes para a Paz e a Resiliência (2017) .....	477
Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 — Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.....	1059
Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974 — Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências.....	1059
Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983 — Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros.....	1061
Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 — Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providência (excertos) .....	1063
Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993 — Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências (excertos) .....	1064
Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 — Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências (excertos).....	1066
Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997 — Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional n. 8, de 1995 (excertos) .....	1067
Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998 — Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências .....	1067
Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999 — Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.....	1069
Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005 (excertos) (prestação de serviços intelectuais) .....	1071
Lei n. 11.350, de 5 de outubro de 2006 — Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional n. 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.....	1071
Lei n. 11.442, de 5 de janeiro de 2007 — Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei n. 6.813, de 10 de julho de 1980 .....	1077
Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 — Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis ns. 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.....	1079
Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016 — Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	1090
Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018 — Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União .....	1090
Lei n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019 — Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis ns. 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências .....	1091
<b>Parte XXXVII — Normas de Direito Processual Coletivo</b> .....	1097
Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero América.....	1097
Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos .....	1100
Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965 — Regula a ação popular .....	1106
Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 — Disciplina a ação civil pública e dá outras providências .....	1108
Lei n. 7.701, de 21 de dezembro de 1988 — Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.....	1113
Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 — Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência — Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências (excertos) .....	1114
Lei n. 7.913, de 7 de dezembro de 1989 — Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários .....	1115

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 — Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (excertos).....	1115
Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 — Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (excertos).....	1109
Lei n. 8.437, de 30 de junho de 1992 — Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....	1120
Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992 — Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.....	1117
Decreto n. 1.306, de 9 de novembro de 1994 — Regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20 da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, seu conselho gestor e dá outras providências.....	1112
Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 — Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (excertos).....	1116
Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (excertos).....	1121
Lei n. 9.494, de 10 de setembro de 1997 — Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.....	1121
Lei n. 9.868, de 10 de novembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	1122
Lei n. 9.870, de 23 de novembro de 1999 — Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências (excertos).....	1124
Lei n. 9.882, de 3 de dezembro de 1999 — Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.....	1124
Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003 — Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências (excertos).....	1125
Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 — Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (excertos).....	1125
Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 — Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (excertos).....	1126
Resolução n. 44 do Conselho Nacional de Justiça, de 20 de novembro de 2007 — Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.....	1129
Lei n. 12.016, de 7 de agosto de 2009 — Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....	1126
Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 — Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.....	1129
Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015 — Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997.....	1132
Lei n. 13.300, de 23 de junho de 2016 — Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências....	1128
<b>Parte XXXVIII — Poder Judiciário e Instituições de Defesa dos Direitos Humanos.....</b>	<b>1136</b>
Princípios de Paris — Princípios relativos ao estatuto das instituições nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos (1993).....	1136
Princípios de Bangalore sobre conduta judicial (2002).....	1137
<b>Normas que disciplinam o acesso a órgãos judiciais e quase-judiciais dos Sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos</b>	
Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na mencionada Convenção.....	684
Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	744
Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	687
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação.....	553
Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	616
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	103
Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional Sobre Direitos Cívicos e Políticos.....	99
Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	170
Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	163
Regulamento relativo ao procedimento para a discussão de reclamações apresentadas de acordo com os artigos 24 e 25 da Constituição da OIT.....	221
Procedimentos especiais da OIT para o exame de queixas por violações ao exercício da liberdade sindical.....	260